

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS
GARANTIDORES E GARANTIAS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de Setembro de 2023

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de Setembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Conselheiros e Administradores da
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF
Brasília - DF

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF ("Companhia" ou "ABGF"), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e para o período de nove meses findos nessa data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) / CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board* - IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - *Review Of Interim Financial Information Performed By The Independent Auditor Of The Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com a NBC TG 21 (R4)/CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das demonstrações contábeis intermediárias.

Brasília, 28 de novembro de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 DF 002567/F



Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC 1 DF 015827/O-3

**Demonstrações Contábeis
Intermediárias
3º Trimestre de 2023**



abgf

**Agência Brasileira Gestora de
Fundos Garantidores e Garantias S.A.**



Sumário

BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (método indireto)	7
NOTAS EXPLICATIVAS	8
1. Informações Gerais	8
2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias	8
2.1. Base de preparação das informações contábeis	8
2.2. Moeda funcional e de apresentação	9
3. Práticas Contábeis	9
3.1. Caixa e equivalentes de caixa	9
3.2. Contas a receber de clientes	9
3.3. Imobilizado e Intangível	9
3.4. Contas a pagar/Fornecedores	10
3.5. Provisões	10
3.6. Outros ativos/passivos circulantes e não circulantes	10
3.7. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido	10
3.8. Reconhecimento de receita e despesa	11
3.9. Ativos e Passivos Financeiros	11
3.9.1. Ativos Financeiros	11
3.9.2. Passivos Financeiros	12
3.10. Ativos patrimoniais – cotas de fundos garantidores	12
3.11. Remuneração de Capital	12
4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos	12
5. Caixa e equivalentes de caixa	13
6. Títulos e Créditos a Receber	13
7. Tributos a recuperar /compensar	14
8. Outros créditos e Outros Valores e Bens	14
9. Despesas Antecipadas	15
10. Créditos de Longo Prazo	15
11. Investimentos em Fundos Garantidores	15
12. Ativos Imobilizado e Intangível	16
12.1. Ativo Imobilizado	16
12.2. Ativo Intangível	17
12.3. Arrendamento	17
13. Obrigações a Pagar	18
14. Impostos e Encargos Sociais a Recolher	18
15. Encargos Trabalhistas	18
16. Impostos e Contribuições	18
17. Obrigações com Arrendamento	19
18. Patrimônio Líquido	20
19. Receita de Serviços	21
20. Custos dos Serviços Prestados	22
21. Despesas Administrativas por Natureza	22
22. Despesas com Pessoal por Natureza	23
23. Partes relacionadas	23
24. Despesas Tributárias	24
25. Resultado Financeiro Líquido	24
26. Compromissos, Responsabilidades e Contingências	25

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL

	NE	30/09/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE		332.538.866	328.915.115
Disponível	5	315.064.868	322.451.130
Caixa e Bancos		3.804	4.435
Equivalentes de Caixa - Investimentos		315.061.064	322.446.695
Títulos e Créditos a Receber		17.259.100	6.348.418
Títulos e Créditos a Receber	6	3.987.802	2.029.378
Tributos a Recuperar/Compensar	7	12.963.321	4.319.040
Outros Créditos		307.977	-
Despesas Antecipadas	9	214.898	115.567
ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.376.054	1.577.840
Créditos de Longo Prazo		-	25.253
Investimentos		94.172	86.531
Investimentos em cotas de fundos garantidores	10	94.172	86.531
Imobilizado	12.1	167.395	413.424
Bens Móveis		159.270	229.522
Outras Imobilizações		8.125	183.902
Arrendamentos	12.3	3.106.939	1.021.207
Parcela Depreciável		2.393.183	2.291.019
Custos de Instalação		-	1.171.960
Desimobilização		651.972	585.980
Multa Contratual		159.472	17.282
(-) Depreciação Acumulada		(97.688)	(3.045.034)
Intangível	12.2	7.548	31.425
Outros Intangíveis		7.548	31.425
TOTAL DO ATIVO		335.914.920	330.492.955
PASSIVO CIRCULANTE		11.053.801	8.898.714
Contas a Pagar		11.053.801	8.898.714
Obrigações a Pagar	13	240.541	6.238.544
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	14	687.453	523.558
Encargos Trabalhistas	15	1.527.285	986.322
Impostos e Contribuições	16	8.041.256	201.378
Obrigações por contrato de Leasing	17	557.266	948.912
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.564.281	383.990
CONTAS A PAGAR		2.564.281	383.990
Tributos Diferidos	16	14.608	12.010
Passivos Contingentes	26	-	371.980
Obrigações por contrato de Leasing	17	2.549.673	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	322.296.838	321.210.251
Capital Social		296.337.788	296.337.788
Reserva Legal		6.754.249	6.754.249
Reserva Especial de Lucros		-	18.022.606
Lucros Acumulados		19.176.445	-
Outros Resultados Abrangentes	18c	28.356	95.608
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		335.914.920	330.492.955

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	NE	Acumulado até		Trimestre findo em	
		30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS COM FUNDOS GARANTIDORES	19	11.773.412	13.449.118	4.914.427	4.436.263
Receitas de Prestação de Serviços		13.729.927	15.684.103	5.731.110	5.173.485
(-) Deduções de Receita de Serviços		(1.956.515)	(2.234.985)	(816.683)	(737.222)
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS COM FUNDOS GARANTIDORES	20	(10.912.024)	(9.805.535)	(3.874.640)	(3.341.233)
Outros Custos Administrativos		(1.961.931)	(1.692.482)	(890.192)	(644.171)
Pessoal		(8.950.093)	(8.113.053)	(2.984.448)	(2.697.062)
(=) LUCRO BRUTO DE SERVIÇOS COM FUNDOS GARANTIDORES		861.388	3.643.583	1.039.787	1.095.030
(=) RECEITAS DE SERVIÇOS COM FUNDOS E PRÊMIOS GANHOS		861.388	3.643.583	1.039.787	1.095.030
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(1.767.043)	(2.435.274)	(355.972)	(700.273)
Despesas Administrativas	21	620.870	(345.157)	800.603	26.931
Despesas com Pessoal	22	(2.387.913)	(2.090.117)	(1.156.575)	(727.204)
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS	24	(1.447.658)	(1.262.704)	(467.692)	(498.780)
(-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	25	28.942.884	25.362.346	9.799.155	9.987.607
RECEITAS FINANCEIRAS					
Receitas financeiras		29.917.502	25.763.338	9.814.046	9.998.670
DESPESAS FINANCEIRAS					
Despesas financeiras		(974.618)	(400.992)	(14.891)	(11.063)
(=) RESULTADO OPERACIONAL		26.589.571	25.307.951	10.015.278	9.883.584
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PARTICIPAÇÕES		26.589.571	25.307.951	10.015.278	9.883.584
(-) IMPOSTO DE RENDA		(5.420.544)	(5.076.995)	(2.041.712)	(1.982.733)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.992.582)	(1.934.063)	(750.530)	(755.315)
(=) LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		19.176.445	18.296.893	7.223.036	7.145.536
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES		50.000	50.000	50.000	50.000
(=) LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		383,5	365,9	144,5	142,9

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	NE	Acumulado até		Trimestre findo em	
		30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Lucro Líquido do Período		19.176.445	18.296.893	7.223.036	7.145.536
Outros resultados abrangentes					
Ajuste de Avaliação Patrimonial					
Cotas de Fundos Garantidores	18.d	5.043	3.675	1.041	302
Ajuste de variação patrimonial - Leasing		(72.295)	103.792	(72.295)	(31.138)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		19.109.193	18.404.360	7.151.782	7.114.700

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	NE	Capital Social	Reservas			Resultados Abrangentes	Lucros Acumulado	Total
			Reserva Legal	Dividendo	Estatutária			
Saldo final em 31/12/2021		237.370.917	5.489.504	7.776.903	58.966.871	214.917	-	309.819.112
Lucro Líquido até o 3º trimestre de 2022	18.b	-	-	-	-	-	18.296.893	18.296.893
Pagamento de Dividendos Excedente ao Mínimo		-	-	(7.776.903)	-	-	-	(7.776.903)
Resultados Abrangentes								
Outros Resultados Abrangentes	18.d	-	-	-	-	3.675	-	3.675
Ajuste de variação patrimonial - Leasing		-	-	-	-	(92.845)	-	(92.845)
Saldo Final em 30/09/2022		237.370.917	5.489.504	-	58.966.871	125.747	18.296.893	320.249.932
Lucro Líquido do 4º trimestre de 2022		-	-	-	-	-	6.997.993	6.997.993
Reversão de Reserva Estatutária ao Patrimônio Líquido		58.966.871	-	-	(58.966.871)	-	-	-
Destinação do Lucro Líquido do Exercício								
Constituição de Reserva Legal		-	1.264.745	-	-	-	(1.264.745)	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	(6.007.535)	(6.007.535)
Proposta de Dividendos Excedente ao Mínimo		-	-	18.022.606	-	-	(18.022.606)	-
Resultados Abrangentes								
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	1.357	-	1.357
Ajuste de variação patrimonial - Leasing		-	-	-	-	(31.496)	-	(31.496)
Saldo Final em 31/12/2022		296.337.788	6.754.249	18.022.606	-	95.608	-	321.210.251
Lucro Líquido do Período	18.b	-	-	-	-	-	19.176.445	19.176.445
Pagamento de Dividendos Excedente ao Mínimo		-	-	(18.022.606)	-	-	-	(18.022.606)
Resultados Abrangentes								
Outros Resultados Abrangentes	18.d	-	-	-	-	5.043	-	5.043
Ajuste de variação patrimonial - Leasing		-	-	-	-	(72.295)	-	(72.295)
Saldo Final em 30/09/2023		296.337.788	6.754.249	-	-	28.356	19.176.445	322.296.838

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (método indireto)

	NE	30/09/2023	30/09/2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro do Período	18.b	19.176.445	18.296.893
Ajustes para conciliar o Resultado e às Disponibilidades geradas pelas Atividades Operacionais:			
Juros (taxa Selic) sobre dividendos e/ou JCP distribuídos		958.110	354.073
Ganho/Perda na doação de ativos imobilizados		(9)	-
Depreciação/Amortização/Ajuste ao Valor Recuperável	12	382.861	397.371
Ajustes no Imobilizado de Arrendamento		-	103.792
Resultado ajustado		20.517.407	19.152.129
Variações nos Ativos			
(Aumento) de clientes		(1.958.424)	(1.116.604)
(Aumento) / (Redução) de tributos a Recuperar		(8.644.281)	(3.875.851)
(Aumento) de outros Créditos		(407.308)	(357.008)
Variações nos Passivos			
Aumento de Obrigações a Pagar		9.533	25.454
Aumento de Impostos e Encargos Sociais a Recolher		163.895	810.152
Aumento de Encargos Trabalhistas		540.964	634.644
Aumento de Impostos e Contribuições		7.839.878	7.084.547
Aumento de Passivos Contingentes		(371.980)	40.314
Ajustes de Passivos de Arrendamento		3.106.939	1.077.618
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS E APLICADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		20.796.623	23.475.395
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível		(112.947)	-
Ajustes de Imobilizado de Arrendamento		(3.106.939)	(1.181.410)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(3.219.886)	(1.181.410)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Dividendos/JCP pagos no exercício		(24.988.251)	(10.723.277)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(24.988.251)	(10.723.277)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(7.411.514)	11.570.708
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		322.476.382	306.257.274
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		315.064.868	317.827.982
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(7.411.514)	11.570.708
Movimentações que não afetam caixa:			
Constituição de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Passivo		14.608	11.310

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações Gerais

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) é uma empresa pública de capital fechado de direito privado, criada na forma do art. 37 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, e que atua na forma do art. 38 do mesmo diploma legal, mediante a administração, gestão e representação de fundos garantidores, que tenham por objeto a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural e de outros fundos de interesse da União e na análise da concessão de garantias contra riscos Político, Extraordinário e de Crédito em operações do Seguro de Crédito à Exportação.

No cumprimento de seu objeto, atua, ainda, na administração, gestão e representação do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), promovendo o desenvolvimento por meio de garantias do pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos em projetos de Parcerias Público-Privadas Municipal, Estadual e Federal e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), promovendo o equilíbrio das operações do seguro rural do país, bem como atendendo à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe, inerentes à atividade rural.

A Companhia mantém contrato de prestação de serviços para a execução de atividades relacionadas ao Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) junto à União, representado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (estatuto jurídico da empresa pública) e de deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicáveis, e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira.

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de demonstração intermediária, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da NBC TG 21 (R4) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por meio da Resolução CVM nº 102, de 20 de maio de 2022.

A emissão destas Demonstrações Contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria Executiva da ABGF em 14 de novembro de 2023.

2.1. Base de preparação das informações contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia.

processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

As principais práticas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram consistentes em todo o período apresentado, a menos que declarado ao contrário.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional, a Administração considera qual a moeda influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. A moeda funcional utilizada na apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real (R\$).

3. Práticas Contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

3.3. Imobilizado e Intangível

Os itens do imobilizado e intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição deduzido da depreciação ou amortização e da perda decorrente da redução do valor recuperável (*impairment*), se houver. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis, necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A partir de agosto/2023 a Companhia vem registrando o contrato de Aluguel da Sede na forma do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, com sua aplicação retrospectiva conforme previstos no Pronunciamento CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A reapresentação representa com confiabilidade os ajustes que teriam ocorrido no período reapresentado, estando adequado para fins de comparabilidade dos efeitos das mudanças ocorridas. A parcela depreciável é o valor das contraprestações previstas no contrato de aluguel, trazidas a valor presente pela taxa média anual dos financiamentos imobiliários do país para pessoa jurídica, divulgada pelo Banco Central do Brasil. As parcelas não depreciáveis compreendem os custos de desmobilização e a aplicação de multa contratual no caso de rescisão.

A depreciação e a amortização são calculadas com base no método linear para alocação de custos e de acordo com a vida útil ou benefício esperado estimado.

3.4. Contas a pagar/Fornecedores

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

A partir de agosto/2023 a Companhia vem registrando o contrato de Aluguel da Sede na forma do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, com sua aplicação retrospectiva conforme previstos no Pronunciamento CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A Companhia aplica como taxa de desconto incidente sobre as contraprestações dos aluguéis a taxa média anual dos financiamentos imobiliários do país para pessoa jurídica, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente e obedecido o regime de competência.

3.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

3.6. Outros ativos/passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

3.7. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido

A ABGF está sujeita à tributação com base no Lucro Real Anual. O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro real tributável anual excedente a R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais), e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a respectiva base de cálculo.

A apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é apurado com base em balancetes mensais de suspensão ou redução, utilizando-se a base de cálculo do Lucro Real antes da compensação e prejuízos fiscal, quando houver, ajustados pelas adições e exclusões. Assim, para determinação do lucro real e respectivos tributos diretos efetivos (Instrução Normativa RFB nº 1700, de 14 de março de 2017).

Na ocorrência de resultado tributável, os valores retidos por nossos clientes são compensados até o limite do saldo retido de cada tributo isoladamente e, o que exceder, é compensado com créditos tributários de uma mesma autoridade tributária em exercícios subsequentes.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os itens 71 a 76 da NBC TG 32 (R4) tratam da compensação de saldos entre ativos e passivos fiscais, para fins de apresentação no Balanço Patrimonial da Companhia. Devem ser compensados os ativos fiscais correntes e os passivos fiscais correntes quando existir o direito legal de compensação e houver a pretensão da empresa em liquidar os saldos simultaneamente.

3.8. Reconhecimento de receita e despesa

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade e é apresentada líquida de cancelamentos.

3.9. Ativos e Passivos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, na forma da NBC TG 48 do Conselho Federal de Contabilidade, os procedimentos para registro, controle e divulgação dos ativos e passivos financeiros sofreram modificações relevantes.

3.9.1. Ativos Financeiros

Para classificação dos ativos financeiros, são avaliadas as características dos ativos, o fluxo de caixa contratual e o modelo de negócios da Companhia para gestão desses ativos, podendo ser mensurados ao (i) custo amortizado, ao (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao (iii) valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja mantê-los com vistas a receber os fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ao invés de mensurar os investimentos ao valor justo por meio do resultado, no reconhecimento inicial, a Companhia pode efetuar uma escolha irrevogável para investimentos específicos em instrumento patrimonial e mensurá-los ao valor justo apropriado em outros resultados abrangentes.

3.9.2. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado.

3.10. Ativos patrimoniais – cotas de fundos garantidores

A ABGF aplicou, por analogia e de forma antecipada, a norma relativa a instrumentos financeiros (NBC TG 48) para mensuração e contabilização dos instrumentos patrimoniais relativos à sua participação como cotista de fundos garantidores. Com base em estudos, concluiu-se que esses investimentos da ABGF em cotas de fundos garantidores devam ser mensurados pelo valor patrimonial (equivalente ao valor justo) por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios para gestão desses ativos determina que a ABGF tenha como objetivo a manutenção das cotas de fundos garantidores com a principal finalidade de lastro para prestação de garantias indiretas, recebendo seus fluxos de caixa somente em caso de resgate de cotas, quando não comprometidas com garantias.

As variações dos valores das cotas são registradas em outros resultados abrangentes, líquidas dos efeitos tributários.

3.11. Remuneração de Capital

A política atual da ABGF consiste em pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos mínimos equivalentes a 25% sobre o lucro líquido ajustado, em base anual. Dividendos e juros sobre o capital próprio são reconhecidos como um passivo e deduzidos do Patrimônio Líquido assim que aprovados pelo Conselho de Administração.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, as quais são revistas de maneira contínua.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

		30 de setembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
Caixa e Bancos	(i)	3.804	4.435	-14,2%
Aplicações Financeiras	(ii)	315.061.064	322.446.695	-2,3%
		315.064.868	322.451.130	-2,3%

- (i) O valor registrado refere-se a saldo remanescente para débitos de tarifas pelo Banco do Brasil e valores destinados para pagamento de despesas de pequeno vulto (suprimento de fundos), de acordo com norma interna da ABGF e legislação federal aplicável;
- (ii) As aplicações financeiras da ABGF são realizadas no BB PARANOÁ Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Curto Prazo. Esse Fundo tem liquidez imediata, não necessitando de agendamento para realizar resgates. No período acumulado até setembro de 2023 o fundo obteve rentabilidade de 9,73% e de 8,55% no mesmo período do exercício de 2022.

A seguir, demonstrativo da composição e diversificação da carteira do BB PARANOÁ FIC FI CURTO PRAZO com posição em 30/09/2023.

(valor em milhares de reais)

Aplicações – especificação	Quantidade	Mercado / realização
Cotas de fundo de investimento:		
BB Top Renda Fixa Curto Prazo Fundo de Investimento	16.340.326	315.070
Total do Ativo		315.070
Valores a Pagar		9
Patrimônio Líquido		315.061
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		315.070

6. Títulos e Créditos a Receber

A ABGF presta serviços para a União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e por outorga legal ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), e ao Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE).

Os clientes a seguir são classificados como Partes Relacionadas.

		30 de setembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
Partes Relacionadas:				
MDIC (FGE)	(i)	3.392.610	1.055.970	221,3%
FESR	(ii)	172.962	338.957	-49,0%
FGIE	(iii)	422.230	634.451	-33,4%
		3.987.802	2.029.378	96,5%

- (i) Valor a receber do MDIC, referente aos serviços prestados para análise da concessão do seguro de crédito à exportação ao amparo do FGE no mês de encerramento do período reportado e do mês anterior. Em setembro/2023 havia duas parcelas dos serviços prestados pendentes de recebimento;

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

- (ii) Valor refere-se à administração do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural no mês de encerramento do respectivo período analisado. Remuneração devida conforme Decreto nº 9.078, de 2017;
- (iii) Valor a receber do FGIE relativo à administração do Fundo do mês de encerramento dos respectivos períodos.

7. Tributos a recuperar/compensar

Em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 32 (R4), do Conselho Federal de Contabilidade, itens 71 e 72, a Companhia reconhece e mensura separadamente os ativos fiscais (tributos a recuperar) e passivos fiscais (tributos a recolher).

O Quadro a seguir demonstra a composição dos impostos e contribuições a compensar/recuperar, incluindo os tributos retidos da ABGF por ocasião dos serviços prestados:

		30 de setembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
CSRF retida por Órgãos, Autarquias e Fundações Federais (Lei 9430, de 1996, art. 64)	(i)	20.306	16.305	24,5%
IRRF por Órgãos, Autarquias e Fundações Federais (Lei 9430, de 1996, art. 64)	(i)	97.468	78.266	24,5%
Saldo Negativo de CSLL	(ii)	100.532	255.406	-60,6%
Saldo Negativo de IRPJ	(ii)	3.256.965	3.909.547	-16,7%
IRPJ e CSLL pagos antecipadamente	(iii)	9.322.513	-	100,0%
Outros tributos e contribuições a Recuperar	(iv)	165.537	59.516	178,1%
Total dos Tributos a Recuperar		12.963.321	4.319.040	200,1%

- (i) O saldo das rubricas CSRF/IRRF refere-se às retenções efetuadas pela apropriação das Notas Fiscais emitidas até setembro/2023, e que ainda não foram pagas para a ABGF pelo MDIC e o FESR;
- (ii) Os saldos negativos de IRPJ e CSLL é o resultado do excedente dos recolhimentos antecipados e as retenções na fonte, apurado pelo Lucro Real e com o livro de apuração da Contribuição Social sobre o lucro do exercício anterior. O art. 28 da instrução Normativa RFB nº 2.055, de 06 de dezembro de 2021, estabelece que os saldos negativos de IRPJ e de CSLL somente poderão ser restituídos ou compensados após a confirmação da transmissão da ECF pela RFB. A redução do saldo negativo IRPJ/CSLL, é decorrente das compensações efetuadas até setembro de 2023;
- (iii) O valor refere-se ao pagamento mensal do IRPJ e CSLL antecipados com base em balancetes de redução, os quais serão ajustados ao final do exercício na apuração do lucro real;
- (iv) Outros tributos a recuperar referem-se ao PIS e COFINS retidos na fonte sobre os serviços prestados.

8. Outros créditos e Outros Valores e Bens

		30 de setembro 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
Adiantamento a Funcionários/Dirigentes	(i)	307.977	-	100,0%
		307.977	-	100,0%

- (i) Refere-se ao adiantamento do décimo terceiro salário ocorrido até o mês de maio/2023, cujo valor será baixado na ocasião do pagamento da segunda parcela em dezembro/2023.

9. Despesas Antecipadas

	30 de setembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
IPTU	11.339	-	100,0%
Outros Custos e Desp. Pagos Antecipadamente	203.559	115.567	76,1%
	214.898	115.567	86,0%

As despesas antecipadas referem-se a valores pagos antecipadamente, cujos benefícios esperados fluirão em período futuro, como despesas com IPTU, licença de softwares e seguros.

10. Créditos de Longo Prazo

A partir do terceiro trimestre/2022, em razão da ação judicial tramitada na 16ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, a Companhia efetuou o pagamento do Depósito Judicial visando garantir recurso de revista nos termos do art. 899, § 2º e demais parágrafos da CLT.

	30 de setembro 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
Depósito Judicial	-	25.253	100,0%
	-	25.253	100,0%

(i) O depósito judicial é vinculado ao juízo e corrigido com os mesmos índices da poupança. O depósito foi baixado em julho/2023.

11. Investimentos em Fundos Garantidores

A ABGF mantém participação estatutária de 0,01% do PL do FGIE (art. 4º do Estatuto do Fundo). As cotas dos fundos garantidores são avaliadas pelo seu valor patrimonial, que é o valor justo.

(a) Informação dos investimentos da ABGF e respectiva participação

Investimento	Informações dos Investimentos (i)			Participação (%) da ABGF em Cotas	Saldo do Investimento
	Patrimônio Líquido	Resultado do período	PL Ajustado		
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	864.509.732	76.320.609	940.830.341	0,010009%	94.172
					94.172

(i) Informações do Patrimônio Líquido total do mês de setembro/2023.

(b) Quantidade de cotas dos fundos garantidores e participação da ABGF

	Qtde. total de cotas dos fundos	Participação (%) da ABGF em Cotas	Qtde. de cotas da ABGF	valor unitário da cota	Participação (R\$) da ABGF
FGIE	102.300	0,0100095%	10,239654	9.196,79516	94.172
Total de investimento em cotas dos Fundos Garantidores					94.172

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

(c) Movimentação da participação

Investimento	2022	Aportes em 2023	Valorização/Desvalorização	2023
FGIE	86.531	-	7.641	94.172
	86.531	-	7.641	94.172

(d) Composição do Ajuste a Valor Justo das Cotas em Fundos Garantidores

Em conformidade com a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, os rendimentos auferidos pelos fundos garantidores não se sujeitam à incidência de imposto de renda na fonte, devendo integrar a base de cálculo dos impostos e contribuições devidos pelos cotistas quando houver o resgate de cotas, total ou parcial, ou na dissolução do fundo.

Investimento	Ajustes Acum. 2023	Tributos - IRPJ e CSLL (34%)	Ajustes Líquidos dos Tributos
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	42.964	14.608	28.356
	42.964	14.608	28.356

12. Ativos Imobilizado e Intangível

12.1. Ativo Imobilizado

(a) Composição do Imobilizado

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	30/09/2023	31/12/2022
Mobiliário em Geral	10% a 20%	356.272	(229.685)	126.587	152.537
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10% a 20%	194.999	(172.719)	22.280	11.088
Equipamentos de Informática e Software	20% a 40%	1.780.769	(1.779.211)	1.558	54.423
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10% a 20%	1.171.960	(1.163.836)	8.124	183.902
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	10% a 20%	47.480	(38.634)	8.846	11.474
		3.551.480	(3.384.085)	167.395	413.424

(b) Movimentação do Custo

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	30/09/2023
Mobiliário em Geral	356.272	-	-	-	356.272
Máqs, Instalações e Utensílios de Escritório	179.722	15.277	-	-	194.999
Equipamentos de Informática e Software	1.784.478	-	3.709	-	1.780.769
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.171.960	-	-	-	1.171.960
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	47.480	-	-	-	47.480
	3.539.912	15.277	3.709	-	3.551.480

(c) Movimentação da Depreciação/Amortização Acumulada

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	30/09/2023
Mobiliário em Geral	203.735	25.950	-	-	229.685
Máqs, Instalações e Utensílios de Escritório	168.634	4.085	-	-	172.719
Equipamentos de Informática e Software	1.730.054	52.857	3.700	-	1.779.211
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	988.059	175.777	-	-	1.163.836
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	36.006	2.628	-	-	38.634
	3.126.488	261.297	3.700	-	3.384.085

12.2. Ativo Intangível

No Ativo Intangível estão apropriados os softwares de uso pela ABGF.

(a) Composição do Intangível

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	30/09/2023	31/12/2022
Software	20%	341.200	(333.651)	7.548	31.425
		341.200	(333.651)	7.548	31.425

(b) Movimentação do custo

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	30/09/2023
Software	341.200	-	-	-	341.200
	341.200	-	-	-	341.200

(c) Movimentação da amortização Acumulada

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	30/09/2023
Software	309.775	23.876	-	-	333.651
	309.775	23.876	-	-	333.651

12.3. Arrendamento

No Ativo de arrendamento está apropriado o contrato de aluguel da ABGF.

(a) Composição do arrendamento

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	30/09/2023	31/12/2022
Aluguel da Sede	20%	2.393.182	(97.688)	2.295.494	276.501
Custos de Instalação	20%	1.171.960	(1.171.960)	-	141.443
Parcelas não depreciáveis		811.445	-	811.445	603.263
		4.376.587	(1.269.648)	3.106.939	1.021.207

(b) Movimentação do custo

	31/12/2022	Adições	Baixas	Remensuração	30/09/2023
Aluguel da Sede	2.291.019	-	-	102.163	2.393.182
Custos de Instalação	1.171.960	-	1.171.960	-	-
Parcelas não depreciáveis	603.263	-	-	208.182	811.445
	4.066.242	-	1.171.960	310.345	3.204.627

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

(c) Movimentação da depreciação acumulada

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	30/09/2023
Aluguel da Sede	-	97.688	-	-	97.688
Custos de Instalação	1.171.960	141.443	1.313.404	-	-
	1.171.960	239.131	1.313.404	-	97.688

O montante dos juros incidentes sobre a parcela de contraprestação, acumulado de agosto a setembro/2023, foi de R\$ 1.069, observada a taxa de desconto anual de 9,1%.

13. Obrigações a Pagar

	30 de setembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
Telefone, Energia e Internet	12.594	11.831	6,4%
Aluguéis e Condomínios	49.378	66.699	-26,0%
Salários a Pagar	93.536	34.409	171,8%
Serviços terceirizados	36.009	20.283	77,5%
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	(i)	6.007.535	-100,0%
Outros Fornecedores	49.024	97.787	-49,9%
	240.541	6.238.544	-96,1%

(i) Em abril/2023, a ABGF distribuiu à União os juros sobre capital próprio (JCP) imputados aos dividendos obrigatórios e dividendos adicionais do exercício de 2022.

14. Impostos e Encargos Sociais a Recolher

	30 de setembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
Previdência Social de Funcionários	214.036	186.202	14,9%
FGTS a Recolher	59.536	74.320	-19,9%
IRRF sobre a Folha a Recolher	153.135	247.086	-38,0%
Contribuição Social a Recolher	251.423	-	100,0%
Impostos Retidos de Fornecedores	9.323	15.950	-41,5%
	687.453	523.558	31,3%

15. Encargos Trabalhistas

	30 de setembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
Provisão para Férias	710.545	751.770	-5,5%
Provisão para 13º Salário	453.544	-	100,0%
Encargos Sociais sobre Provisões	363.196	234.552	54,8%
Encargos trabalhistas	1.527.285	986.322	54,8%

16. Impostos e Contribuições

Os saldos indicados compõem-se dos tributos sobre o lucro da Companhia. Os impostos e contribuições diferidos referem-se aos impostos (IRPJ e CSLL) incidentes sobre a variação das cotas mantidas no FGIE.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

		30 de setembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
Provisão Imposto de Renda	(i)	5.420.544	-	100,0%
Provisão Contribuição Social	(i)	1.992.582	-	100,0%
COFINS a Recolher		368.513	168.010	119,3%
PIS/Pasep a Recolher		73.464	28.856	154,6%
Outros Impostos e Taxas		186.153	4.512	4025,7%
Impostos e Contribuições - Curto Prazo		8.041.256	201.378	3893,1%
Provisão Imposto de Renda Diferida		10.741	8.831	21,6%
Provisão Contribuição Social Diferida		3.867	3.179	21,6%
Impostos e Contribuições - Longo Prazo		14.608	12.010	21,6%
Total de Tributos		8.055.864	213.388	3675,2%

- (i) A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro acumulado até setembro de 2023, foi calculada com base na melhor estimativa da alíquota média efetiva anual esperada para o exercício social completo, conforme NBC TG 21 (R4), do Conselho Federal de Contabilidade e CPC 21 (R1) do Comitê de Pronunciamento Contábeis. Para o período reportado, a alíquota média efetiva utilizada foi de 27,9%.

Lucro Líquido antes do IRPJ e CSLL	26.589.571		
	IRPJ	CSLL	TOTAL
Alíquotas efetivas estimadas (CPC 21)	20,39%	7,49%	27,88%
Tributos sobre o lucro	5.420.544	1.992.582	7.413.126

17. Obrigações com Arrendamento

A ABGF registra as obrigações do contrato de aluguel pelo valor das contraprestações previstas no período de vigência do contrato, destacando os valores de principal corrigido e a taxa de juros implícita com base na taxa de desconto que a administração entende mais apropriada para o contrato. As informações referentes ao exercício de 2022 foram apurados de forma retrospectiva, com base no contrato de aluguel existente à época.

	30 de Setembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
Arrendamentos de Curto Prazo	557.266	345.649	61,2%
Aluguéis a Pagar	592.541	356.305	66,3%
Rendas a apropriar	(35.275)	(10.656)	231,0%
Arrendamentos de Longo Prazo	1.738.229	-	100,0%
Aluguéis a Pagar	2.271.408	-	100,0%
Rendas a apropriar	(533.179)	-	100,0%
Provisões	811.444	603.263	34,5%
Custos de desmobilização	651.972	585.981	11,3%
Multa rescisória	159.472	17.282	822,8%
	3.106.939	948.912	227,4%

18. Patrimônio Líquido

A seguir a composição do Patrimônio Líquido da Companhia:

	30 de setembro de 2023	31 de dezembro de 2022	Variação %
Capital Subscrito	296.337.788	296.337.788	-
Reserva Legal	6.754.249	6.754.249	-
Reserva Especial de Lucros	(i) -	18.022.606	-100,0%
Lucro Líquido Intermediário	19.176.445	-	100,0%
Outros Resultados Abrangentes	28.356	95.608	-70,3%
	322.296.838	321.210.251	0,3%

(i) Na assembleia de acionistas de março/2023, foi decidido pela distribuição integral dos resultados obtidos no exercício de 2022;

(a) Capital social

O Capital Social da ABGF é de R\$ 296.337.788 (duzentos e noventa e seis milhões, trezentos e trinta e sete mil, setecentos e oitenta e oito reais), integralmente subscrito e integralizado pela União, e é composto de 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias sem valor nominal.

(b) Resultado do 3º trimestre de 2023

O resultado acumulado até o 3º trimestre de 2023 foi de R\$ 26.589.571, antes da provisão para o imposto de renda e a contribuição social, e de R\$ 25.307.951, no acumulado do 3º trimestre de 2022, representando um acréscimo de 5,1%. A receita operacional líquida com prestação de serviços reduziu em 12,5%, e o resultado financeiro líquido teve aumento de 13,7%, se comparado com o mesmo período de 2022, decorrente, principalmente, do aumento da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), no primeiro semestre/2023.

A ABGF registrou lucro líquido de R\$ 19.176.445 no acumulado até o 3º trimestre de 2023 e R\$ 18.296.893 no mesmo período de 2022, apresentando aumento de 4,8% em relação ao período anterior. O lucro por ação foi de R\$ 383,5 (R\$ 365,9 no 3º trimestre de 2022).

A seguir a composição dos resultados do período de 03 (três) e 09 (seis) meses, findos em 30 de setembro de 2023 e 2022:

	Acumulado findo em		Trimestre findo em	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Serviços Prestados	13.729.927	15.684.103	5.731.110	5.173.485
(-) Tributos sobre o Faturamento	(1.956.515)	(2.234.985)	(816.683)	(737.222)
Receita Líquida de Serviços	11.773.412	13.449.118	4.914.427	4.436.263
Resultado Financeiro Líquido	28.942.885	25.362.346	9.799.155	9.987.607
RECEITAS TOTAIS	40.716.297	38.811.464	14.713.582	14.423.870
(-) Despesas Operacionais	(14.126.726)	(13.503.513)	(4.698.304)	(4.540.286)
RESULTADO DO PERÍODO (antes de IRPJ e CSLL)	26.589.571	25.307.951	10.015.278	9.883.584
IRPJ e CSLL	(7.413.126)	(7.011.058)	(2.792.242)	(2.738.048)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	19.176.445	18.296.893	7.223.036	7.145.536

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

(c) Outros Resultados abrangentes

A ABGF registra os investimentos em cotas de fundos garantidores em Ativo Não Circulante avaliados a valor justo com reflexo em Outros Resultados Abrangentes, líquidos dos efeitos tributários.

A composição de Outros Resultados Abrangentes do Patrimônio Líquido, posição em 30/09/2023 e 31/12/2022, e as respectivas variações são as que seguem:

	30 de setembro de 2022	31 de dezembro de 2022	Variação %
FGIE – Fundo Garantidor de Infraestrutura	28.356	23.313	21,6%
	28.356	23.313	21,6%

O resultado abrangente do exercício de 2022, abrange ainda, o valor de R\$ 72,3 mil, que seria o resultado da aplicação retrospectiva do CPC 06 (R2) - arrendamentos.

(d) Resultado Abrangente do período

A composição de Outros Resultados Abrangentes do período de 03 (três) e 09 (seis) meses, findos em 30 de setembro de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	Acumulado findo em		Trimestre findo em	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
FGIE – Fundo Gar. de Infraestrutura	5.043	3.675	1.041	302
	5.043	3.675	1.041	302

19. Receita de Serviços

As receitas da Companhia foram geradas pela prestação de serviços à União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e pela administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

A seguir quadro demonstrativo das receitas da Companhia e respectivas deduções:

	Acumulado findo em		Trimestre findo em	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Receita Operacional Bruta	13.729.927	15.684.103	5.731.110	5.173.485
MDIC (FGE)	9.832.734	10.944.295	4.895.413	3.702.991
FGIE	723.824	792.790	229.167	284.393
FESR	3.173.369	3.947.018	606.530	1.186.101
(-) Deduções da Receita	(1.956.515)	(2.234.985)	(816.683)	(737.222)
COFINS	(1.043.475)	(1.191.992)	(435.564)	(393.186)
PIS/Pasep	(226.544)	(258.788)	(94.563)	(85.362)
ISS	(686.496)	(784.205)	(286.556)	(258.674)
Receita Operacional Líquida	11.773.412	13.449.118	4.914.427	4.436.263

- (i) O decréscimo decorre da redução da receita de prestação de serviços à União, por meio do contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços que possuía vigência até abril de 2025.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Contrato foi repactuado em julho/2023, com valor contratado no montante de R\$ 21,9 milhões ao longo de um ano, com fluxo financeiro mensal de R\$ 1,8 milhão.

20. Custos dos Serviços Prestados

Os custos com pessoal referem-se aos custos diretos de Salários, Encargos e Benefícios destinados à prestação de serviços para o FGE, para o FGIE e para o FESR.

	Acumulado findo em		Trimestre findo em	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Custos com Pessoal	8.950.093	8.113.053	2.984.448	2.697.062
Custos administrativos	1.961.931	1.692.482	890.192	644.171
Gastos alocados aos serviços prestados (i)	10.912.024	9.805.535	3.874.640	3.341.233

(i) A aumento dos custos alocados reflete as despesas de pessoal e administrativas constantes das Notas 21 e 22.

21. Despesas Administrativas por Natureza

A redução de 37,1% nas despesas administrativas acumuladas até o 3º trimestre de 2023 decorre, principalmente, da diminuição da contratação de novos serviços com terceiros e da baixa provisão para passivo contingente de R\$ 427,5 mil.

A seguir todos os gastos administrativos da Companhia por natureza, incluindo as despesas e os custos dos serviços prestados.

		Acumulado findo em		Trimestre findo em		Variação % Acum. 2023/2022	Variação % 3º trim 2023/2022
		30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022		
Viagens e Representações	(i)	2.406	5.976	-	-	-59,7%	0,0%
Serviços de Terceiros	(ii)	210.562	381.077	33.776	110.788	-44,7%	-69,5%
Ocupação	(iii)	544.412	560.461	132.452	191.765	-2,9%	-30,9%
Créditos tributário PIS/Pasep e COFINS	(iv)	(73.671)	(81.491)	(24.557)	(26.828)	-9,6%	-8,5%
Depreciação/amortização		382.861	397.371	191.404	131.310	-3,7%	45,8%
Despesas Gerais	(v)	274.491	774.245	(243.486)	210.205	-64,5%	-215,8%
Total das despesas administrativas		1.341.061	2.037.639	89.589	617.240	-34,2%	-85,5%
Gastos apropriados ao CUSTO dos serviços prestados		1.961.931	1.692.482	890.192	644.171	15,9%	38,2%
Despesas Administrativas		(620.870)	345.157	(800.603)	(26.931)	-279,9%	2872,8%

- (i) A rubrica “Viagens e Representações” registra os gastos de passagens e diárias concedidas a funcionários e dirigentes da ABGF para viagens em serviço e, ainda, a conselheiros quando relacionados a viagens de interesse da Companhia;
- (ii) Serviços de Terceiros representa, principalmente, as despesas relativas a serviços profissionais de auditoria, treinamento e capacitação, assinatura de periódicos e outras prestações de serviços;
- (iii) As despesas com Ocupação referem-se ao aluguel registrado até julho/2023. A partir de agosto de 2023 a ABGF adotou o Pronunciamento CPC 06 (R2) – Arrendamento, quando o valor do aluguel tem parte apropriada como depreciação e parte como juros. Também registra as despesas com condomínio e serviços terceirizados de limpeza e conservação;
- (iv) A ABGF está submetida ao regime de incidência não cumulativa para as contribuições do PIS/Pasep e da COFINS. Dos valores de Contribuição para o PIS/Pasep e COFINS apurados, a pessoa jurídica submetida à incidência não cumulativa poderá descontar créditos, calculados mediante a aplicação das alíquotas de 7,6% (COFINS) e 1,65% (Contribuição para o PIS/Pasep) sobre os valores de despesas permitidas pelas Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003.
- (v) Despesas Gerais representam gastos com energia elétrica, telefone, correios, malote, aluguel de equipamentos, seguros, materiais de expediente/consumo, publicações legais, despesas de pequeno vulto, dentre outras.

22. Despesas com Pessoal por Natureza

No acumulado até o 3º trimestre de 2023, os gastos totais com pessoal apresentaram aumento de 11,1% se comparados com o mesmo período do exercício anterior. Os gastos com empregados aumentaram em 12,4% e os gastos com cargos estatutários, Diretores e Conselheiros também aumentaram 4,2% em relação ao 3º trimestre de 2022.

O aumento das despesas com funcionários decorre, principalmente, da adequação do quadro funcional da Companhia com novas contratações e pelo reajuste salarial decorrente do acordo coletivo de trabalho de 2023, promovidas no primeiro semestre de 2023. Também houve o registro da liquidação de demanda trabalhista em julho/2023, com impacto tanto nas despesas de pessoal quanto nos encargos trabalhistas.

Já o acréscimo verificado nas despesas de diretores e conselheiros no acumulado até o 3º trimestre de 2023, decorre da movimentação e readequação do quadro de conselheiros fiscais.

	Acumulados até		Trimestre findo em		Var. % Acum.	Var. % Trim.
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022		
Empregados:						
Salários, Encargos e Benefícios	9.694.220	8.624.928	3.591.829	2.937.034	12,4%	22,3%
Salários e Ordenados	5.761.170	4.952.292	1.828.697	1.718.381	16,3%	6,4%
Encargos Sociais	1.692.766	1.540.998	598.972	536.135	9,8%	11,7%
Provisões Trabalhista e Previdenciária	1.505.881	1.436.073	905.727	456.406	4,9%	98,4%
Benefícios Empregados	727.621	688.754	257.117	224.854	5,6%	14,3%
Saúde e Segurança do Trabalho	6.782	6.811	1.316	1.258	-0,4%	4,6%
Diretoria e Conselhos:						
Honorários, Encargos e Benefícios	1.643.786	1.578.242	549.194	487.232	4,2%	12,7%
Honorários do Conselho de Administração	169.058	159.489	57.948	53.163	6,0%	9,0%
Honorários do Conselho Fiscal	126.793	88.605	43.461	26.581	43,1%	63,5%
Honorários do Comitê de Auditoria Estatutária	205.297	239.233	57.948	79.744	-14,2%	-27,3%
Honorários da Diretoria Executiva	786.663	692.322	269.642	203.150	13,6%	32,7%
Encargos Sociais Sobre Honorários	191.004	251.563	63.154	78.884	-24,1%	-19,9%
Provisão Trabalhista e Previdenciária	87.407	77.752	29.960	22.779	12,4%	31,5%
Benefícios Diretor	77.564	69.278	27.081	22.931	12,0%	18,1%
Total dos gastos com pessoal	11.338.006	10.203.170	4.141.023	3.424.266	11,1%	20,9%
Gastos apropriados ao custo	8.950.093	8.113.053	2.984.448	2.697.062	10,3%	10,7%
Despesas com pessoal	2.387.913	2.090.117	1.156.575	727.204	14,2%	59,0%

A ABGF reembolsa às entidades cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais de origem dos Diretores Executivos e funcionários cedidos por outros órgãos.

Os salários dos funcionários da ABGF correspondem às remunerações dos cargos de livre provimento aprovados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

23. Partes relacionadas

(a) Controlador

O controlador da ABGF é a União, que detém a totalidade do capital social da Companhia.

(b) Operações com administradores

As remunerações dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria são submetidas à avaliação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que por sua vez submete à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

(c) Reembolso de diretores cedidos

A ABGF reembolsa aos órgãos cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais de Diretores Executivos cedidos.

(d) Transações com partes relacionadas

A ABGF possui transações com partes relacionadas, entendidos os serviços para a União, por meio de contrato de prestação de serviços de Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação, celebrado com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, ao Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). O resultado e as operações com partes relacionadas constam das Notas 6 e 19.

Adicionalmente a ABGF mantém depósitos à vista e aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, conforme Nota 5.

24. Despesas Tributárias

		Acumulado findo em		Trimestre findo em		Var. % Acum.	Var. % Trim.
		30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022		
CIDE	(i)	5.424	11.828	-	6.400	-54,1%	-100,0%
Impostos e Taxas diversas	(ii)	17.054	24.348	-	13.175	-30,0%	-100,0%
IPU	(iii)	34.016	28.533	11.339	14.266	19,2%	-20,5%
PIS/Pasep e COFINS	(iv)	1.391.164	1.197.995	456.353	464.939	16,1%	-1,8%
Total		1.447.658	1.262.704	467.692	498.780	14,6%	-6,2%

- (i) Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre remessas ao exterior para pagamento de serviços adquiridos pela Companhia, conforme art. 2º da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000;
- (ii) Refere-se a tributos incidentes sobre a importação de serviços, operações financeiras em remessas ao exterior de serviços adquiridos, além de outras taxas diversas;
- (iii) Refere-se ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel Unidade da ABGF em Brasília. Tributo pago no início do exercício e despesa apropriada mensalmente por competência;
- (iv) PIS/Pasep e COFINS sobre operações de seguros de crédito à exportação, cujas alíquotas são de 1,65% e 7,60% respectivamente, e sobre as receitas financeiras, cujas alíquotas de 0,65% e 4,0%, respectivamente, estabelecidas por meio do Decreto nº 8.426, de 01/04/2015.

25. Resultado Financeiro Líquido

Os Rendimentos de Aplicações Financeiras são oriundos do resultado de aplicações das disponibilidades financeiras da ABGF em fundo de investimento administrado pelo Banco do Brasil, conforme já referenciado na Nota 5.

O saldo de Juros Ativos representa o acréscimo dos tributos compensados no período, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulados mensalmente, e de juros de 1% (um por cento) no mês da compensação, conforme previsão do art. 148 da Instrução Normativa RFB nº 2055, de 06 de dezembro de 2021.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

As Despesas Financeiras incluem tarifas bancárias e encargos sobre pagamentos realizados pela ABGF, e inclui atualização dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos em abril/2023.

O Resultado Financeiro líquido da Companhia está demonstrado no quadro a seguir:

	Acumulado findo em		Trimestre findo em		Var. % Acum.	Var. % Trim.
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022		
Rendimentos de aplicações financeiras	29.524.207	25.520.965	9.685.332	9.951.958	15,7%	-2,7%
Juros ativos	393.295	242.372	128.714	46.712	62,3%	175,5%
	<u>29.917.502</u>	<u>25.763.337</u>	<u>9.814.046</u>	<u>9.998.670</u>	<u>16,1%</u>	<u>-1,8%</u>
Despesas financeiras	(974.618)	(400.991)	(14.891)	(11.063)	143,1%	34,6%
Resultado Financeiro líquido	<u>28.942.884</u>	<u>25.362.346</u>	<u>9.799.155</u>	<u>9.987.607</u>	<u>14,1%</u>	<u>-1,9%</u>

26. Compromissos, Responsabilidades e Contingências

Os passivos contingentes são provisionados quando a obrigação presente tenha sido classificada com a existência provável de saída de recursos para sua liquidação (CPC 25).

Em 30 de setembro de 2023, existiam ações judiciais/administrativas em curso promovidas conta a Companhia, sendo sua maioria referente a pedido de indenização com fulcro no Seguro DPEM, decorrentes de morte ou incapacidade permanente, amparadas pela Lei nº 13.313, de 14 de julho de 2016.

A Companhia após a tomada de ciência da existência de contencioso em que se configure na parte passiva da demanda, avalia individualmente cada demanda promovendo sua classificação e, sendo considerada provável, constitui provisão de 100% do montante de saída de caixa esperado.

Não há contingência classificada como provável.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2023.

Fabiano Maia Pereira
Presidente

Luiz Eduardo do Nascimento Legaspe
Diretor de Garantias

Luiz Carlos e Silva
Contador
CRC DF 013. 783/O-8